

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## CRISE CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

**Gilmaísa Macedo da Costa**

Doutora em Serviço Social

Professora do Curso de Serviço Social (UFAL)

### **Resumo**

O texto discute a questão social entendida a partir da articulação entre os determinantes essenciais da acumulação capitalista, a reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração e as respostas do Estado no sentido de conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais, como um fenômeno objetivo e efetivamente existente na realidade social. Reflete sobre o desemprego crônico e os níveis de pobreza de proporções internacionais como expressões da questão social em meio a uma crise que encontra os trabalhadores subsumidos aos ditames do capital, mas ainda assim persiste a resistência em movimentos específicos, causando inquietação em Organismos Internacionais pelo risco insurrecional que a situação apresenta.

**Palavras-chave:** Crise Contemporânea, Desemprego Crônico, Pobreza, Questão Social.

### **INTRODUÇÃO**

Do ponto de vista do liberalismo, a questão social foi sempre tratada sob a dimensão política do problema, da ameaça de confronto entre os problemas sociais existentes e a reação dos trabalhadores. Tratava-se, nessa óptica, de definir questão social e de estabelecer qual deveria ser a resposta do Estado a tal problema. Entretanto, havia algo efetivamente real. A pobreza e a desigualdade persistiam como uma evidência histórica. O que explicava o pauperismo existente? Se as expectativas criadas pela Revolução Francesa eram de que as novas relações sociais seriam a redenção da humanidade com igualdade, liberdade e

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

fraternidade, o que justificava essa nova pobreza? Qual o fato gerador das reações dos trabalhadores, seu pauperismo e sua luta?

Muitos pensadores de diversas tendências buscaram explicar tal situação. Tratava-se de algo novo na história da Europa, distinto da pobreza até então existente devido à sua dinâmica e caráter massivo e absoluto. Filantropos e críticos sociais da sociedade nascente ocuparam-se em registrar e propor intervenções nos efeitos deste fenômeno, surgindo daí uma ampla documentação que revelava o quanto a pobreza crescia à medida que a sociedade se tornava capaz de produzir mais bens e serviços. Deste modo, a sua novidade consistia em que o pauperismo não podia ser associado ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, nem à escassez da produção material de bens.

Marx, em sua apreensão da essência do capitalismo, irá revelar o real problema do novo pauperismo na desigualdade de classes e suas raízes materiais enquanto uma decorrência da lei geral da acumulação capitalista, tratando também da vida do operariado. Em suas próprias palavras:

A fim de esclarecer plenamente as leis da acumulação, é preciso ter em vista também sua situação fora da oficina, suas condições de nutrição e moradia. Os limites deste livro levam-nos a cuidar aqui, antes de tudo, da parte mais mal paga do proletariado industrial e dos trabalhadores agrícolas, isto é, da maioria da classe trabalhadora.

Problema entendido numa perspectiva abrangente, tanto em termos das diversas frações de trabalhadores e localidades, quanto dos tormentos que afetavam os trabalhadores, decorrentes do próprio trabalho e/ou também da falta dele, conseqüentemente, do desemprego.

Assim sendo, a questão social não pode ser reduzida simplesmente a um conceito, ou a um termo. Sob esse referencial ela é uma expressão de algo efetivamente existente: a necessária e conflituosa contradição entre capital e trabalho, a extração da mais-valia como fonte de acumulação do capital, a apropriação privada dos meios e do produto do trabalho. A reação dos trabalhadores em tal momento é típica da luta de classes contra essa condição de exploração, porque, como diria Lukács (1981), “o homem é um ser que responde”, conseqüentemente, os homens reagem ante a realidade de suas condições de existência social.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Desse modo, entendo que se pode configurar a questão social a partir da articulação entre os determinantes essenciais da acumulação capitalista, a reação dos trabalhadores através da luta de classes contra a exploração e as respostas do Estado no sentido de conservação da sociedade e na contenção de conflitos entre classes sociais.

Os modos diferenciados como esses aspectos se expressaram no desenvolvimento social capitalista é uma decorrência do processo de expansão do capital. Por exemplo, em tempos de capitalismo concorrencial, quando predominava o pensamento liberal, em linhas gerais pregava-se o ideal do Estado-força contra a reação e a luta dos trabalhadores contra o capital. Aliado a isso, apregoava-se a desresponsabilização do Estado e a responsabilização dos indivíduos pelas refrações da questão social como a pobreza, as consequências do desemprego, a fragmentação familiar mediante o abandono de crianças e idosos, etc. Essa função deveria ser realizada por outros complexos, a exemplo das organizações sociais, tendo principalmente a Igreja no comando, uma prerrogativa que, com algumas modificações, é conservada até mesmo no capitalismo avançado.

No período que se seguiu, sob a influência do keynesianismo em resposta à crise capitalista instaurada, o Estado interferiu decisivamente na economia e incorporou reivindicações dos trabalhadores, inclusive agindo sobre as refrações da questão social com políticas sociais públicas. Foi um período áureo para a aquisição de direitos, sob forte pressão dos trabalhadores, especialmente nos países desenvolvidos. Certamente não se trata de uma ação inocente para os ganhos do capital. Como diz Mészáros

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. MÉSZÁROS, (2002, p. 95), (grifos do autor).

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A crise que se instaura em meados da década de 1970 põe fim a esse momento em meio à denominada reestruturação produtiva, encontrando uma classe trabalhadora subsumida ao capital e abalada, inclusive, pela experiência das tentativas de superação do capitalismo no leste europeu.

Esse período mais recente do capitalismo mundializado tem particularidades interessantes e também mais complexas, principalmente pelo intenso desenvolvimento das forças produtivas aliado à avançada expansão do capital e seus efeitos para a vida humana. Sob outro aspecto, a consciência a respeito da crise contemporânea em processo começa a merecer interpretações dentro e fora da tendência marxista.

Que estamos hoje diante de uma crise econômico-social parece evidente. Informações sobre números, situações, falências de grandes empresas aéreas e de outros conglomerados produtivos e financeiros não saem dos meios de comunicação, sem falar que os países desenvolvidos se encontram à volta com problemas de toda natureza. A eleição do presidente da maior potência mundial é recebida sob uma intensa expectativa com relação à crise, embora no Brasil seja vista apenas como uma “marolinha” e todo dia se divulgue que este será o país da América Latina menos atingido por ela. Contudo, o IBGE divulgou recentemente que “A taxa de desemprego no País, que em dezembro havia atingido o menor patamar já registrado, de 6,8%, deu um salto em janeiro e chegou a 8,2% da população economicamente ativa”. Isso não é pouca coisa para uma simples marolinha, ainda mais com os índices de pobreza que se tem. Temos assistido a algumas tentativas governamentais de conter o desemprego em massa em empresas como a Embraer, por exemplo.

Nos países centrais, trilhões de dólares são investidos no salvamento de empresas e bancos e em outros investimentos menores, para a dinamização da economia, numa tentativa de evitar a bancarrota. As estratégias de momentos anteriores para a resolução de crises como as guerras mundiais parecem não constituir alternativas na atualidade, e as guerras localizadas não têm surtido o efeito esperado. Então, qual a natureza dessa crise e como podemos localizar o problema da questão social? Penso que não temos respostas precisas, mas a realidade aponta alguns indícios de como os homens tendem a conduzir o processo.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Em termos da apreensão da natureza da crise: a crise atual tem o mesmo caráter das anteriores? As respostas não são unívocas, porém duas tendências, não as únicas, mas muito significativas, são facilmente detectadas.

A primeira entende que estamos diante de uma crise decorrente de uma intensa reestruturação produtiva com repercussões sobre a vida dos trabalhadores e sobre a forma de atuação do Estado. Seu impulso ao afastamento do Estado da economia e de outros aspectos da vida social seria conduzido pelo neoliberalismo. Mais uma crise como aquela em 1929, cuja resolução ocorreria com a intervenção do Estado na economia, representando o retorno aos direitos e garantias sociais, assim como durante o período em que predominou o denominado Estado de bem-estar social.

A segunda, tendo István Mészáros como um defensor, entende que a crise atual é de uma modalidade distinta dessa anterior. A anterior seria uma crise cíclica, periódica ou conjuntural cuja característica central é que “evolui e é mais ou menos resolvida com êxito num determinado enquadramento político”<sup>2</sup>. Nesta modalidade estaria incluída a crise econômico-social de 1929-1933, e ainda que deva ser vista como uma crise dramaticamente muito severa, encontrou solução dentro dos parâmetros do sistema vigente. Isso porque “uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e, portanto, não importa quão severa possa ser relativamente às partes afetadas, não pode colocar em perigo a sobrevivência continuada da estrutura global”<sup>3</sup>.

A crise atual, ao contrário, é, na visão do autor, do tipo fundamental, porque afeta o enquadramento político *em si mesmo* na sua totalidade. Essa crise, que se manifesta também na política como um dos seus momentos integrantes, é uma crise estrutural do sistema capitalista, ou seja, “a crise do capital que estamos a experimentar – pelo menos desde o início da década de 1970 – é uma *crise estrutural* universal”.<sup>4</sup> Assim, significa uma crise com vários caracteres fundamentais. Primeiro ela atinge o capital de forma “*universal*”, não só a produtiva, mas todas as unidades socioeconômicas são afetadas. Segundo, possui um alcance

---

<sup>2</sup>Cf. MÉSZÁROS, (2006).

<sup>3</sup> Idem. Ibidem.

<sup>4</sup> Idem. Ibidem.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

global, pois seus impactos alcançam todos os países. Terceiro, sua temporalidade é “*contínua*” e não conjuntural. Por último, o seu modo de evolução é “*rastejante*”, não se manifesta com grande alarde. Neste sentido, constitui uma crise estrutural de um complexo social em sua totalidade, que penetra todos os espaços, todos os subcomplexos e todas as partes constituintes.

Essas dimensões da realidade contemporânea nos levam a refletir sobre a questão social e suas refrações hoje em aspectos decisivos como: os reflexos da crise sobre a pobreza resultante da contradição capital/trabalho e a ação do Estado, a reação dos trabalhadores às imposições do sistema capitalista.

É inegável que o capitalismo passou por mudanças significativas nos últimos tempos, especialmente em termos do peso que o capital financeiro, como bem pensou Chesnais (1996), adquiriu no contexto de aprofundamento da crise no campo produtivo e industrial. Entretanto, algo não pode ser inventado pelos capitalistas: um modo de criar coisas materiais, mercadorias e, conseqüentemente, a produção material da riqueza sem dispor do trabalho humano. Portanto, esse capital financeiro não surge do nada e precisa ser realimentado, tendo por fonte a exploração do trabalho, ainda que via inúmeras mediações. Além disso, o desenvolvimento capitalista não foi capaz, e certamente não poderia sê-lo, considerando a contradição de classe a ele inerente, de eliminar a desigualdade social nem mesmo em níveis adequados à manutenção do sistema.

Os níveis de pobreza são alarmantes e reconhecidos pelos próprios organismos internacionais, sendo agravados pelo chamado desemprego crônico, que assume proporções internacionais. Aparece um fenômeno atual, se em algum momento da história de alguns países a entrada de imigrantes era necessária e aceita, vê-se hoje o desemprego causando problemas com relação a esses grupos de trabalhadores como nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Japão. Ocorre um deslocamento da pobreza para a periferia do capitalismo, onde pode ser encontrada até mesmo a pobreza absoluta, mas nos próprios países centrais ela persiste sendo necessário recorrer a medidas governamentais. Constitui uma nova ordem financeira nutrida pela pobreza e pela destruição do meio ambiente, relacionada ao

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

agravamento da fome e do trabalho supérfluo. O mais dramático é que, tal como no século XIX, o pauperismo atual não pode ser associado ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, nem à escassez da produção material de bens ou de alimentos. O desenvolvimento das forças produtivas torna possível produzir muitas vezes mais do que a humanidade necessita. O real problema está no fato de que a produção tem por função predominante a reprodução do capital; a preocupação com a humanidade não representa verdadeiramente essa função.

Diante da situação, boa parte dos analistas apela à ação do Estado; uma espécie de reedição do Estado de bem-estar social foi pensada por Robert Castel como uma resposta à “nova questão social” resultante da criação de grupos de indivíduos “inúteis para o mundo”, com a desfiliação dos trabalhadores desempregados da “sociedade salarial”. Outros apelam ainda a um modelo de desenvolvimento socialista cuja tomada de poder se efetive no interior do Estado pela via democrática e parlamentar. A crise recente, no momento inicial apontava para uma tendência de desresponsabilização do Estado em relação às refrações da questão social nos moldes neoliberais e mediante a criação de políticas focalizadas. Transferia novamente essa função ao agora chamado terceiro setor, composto por organizações sociais não estatais, ainda que realizada com seu apoio e destinação de recursos. Os últimos acontecimentos revelando os maciços meios financeiros para salvar o sistema nos Estados Unidos e na Europa podem ser indicativos de outra tendência que a história deverá mostrar proximamente. Certamente, se boa parte dos recursos estatais fosse destinada a melhorar as condições de vida da população trabalhadora, os modos de manifestação do pauperismo seriam outros. Ainda assim, o questionamento estaria no limite de determinada forma de Estado e não de sua superação.

Em nosso entendimento, as medidas estatais, não obstante o potencial minimizador sobre os efeitos do pauperismo, não têm a capacidade de eliminá-lo, pois a sua eliminação significaria, conforme visto por Marx, a eliminação do próprio Estado e das relações a ele constitutivas enquanto uma totalidade social. Ou seja, “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração de um lado, e os seus meios bem

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

como as suas possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que ele repousa sobre tal contradição” Se resta alguma dúvida de quem é esse Estado, basta observar os trilhões de dólares destinados a salvar bancos que, de repente, apareceram no cenário mundial.

Em sua essência, o Estado moderno é portador de limites reais; não tem fins próprios, devendo atender e assegurar os fins da sociedade. A boa administração dos recursos públicos, a justa formulação das políticas, o controle da população sobre os serviços públicos, por mais relevância que tais elementos assumam na contenção dos aspectos perversos da pobreza e de outras refrações da questão social, não permitem atribuir ao Estado a inteira resolução de tais situações. A afirmação da autonomia do Estado ante sua base sociogenética significa uma inversão do seu caráter essencial, e essa inversão na captura da essência do Estado e da política vela o caráter alienado (no sentido de *Entfremdung*) das formas sociais de poder. Por isso mesmo, na esteira de Marx, compreendemos que a problemática da causa e resolução da pobreza não se inscreve simplesmente no âmbito dos complexos particulares como a política, mas dizem respeito à *práxis* humana em sua totalidade. Sua resolutividade torna-se possível mediante a tarefa teórico-prática dos homens na luta pela superação da sociedade em sua inerente desigualdade social. Impõe, conforme pensa Mészáros, a busca pela igualdade substantiva, igualdade entre pessoas sem a imposição das exigências da ordem sociometabólica que imperam sobre elas.

Quanto à reação dos trabalhadores às imposições do sistema capitalista na atualidade, é problema de envergadura ainda maior. Consideremos que estes se encontram subsumidos ao capital, pressionados pelo desemprego, pela retirada de direitos trabalhistas e pela precarização do trabalho, mas ainda influenciados pelo ideal de conquista de direitos do momento anterior e lutando por conservar o que conseguiram. Aliada a isso, a crise vem fortalecendo nos últimos anos o caráter autoritário do Estado em detrimento dos ideais democráticos, visto que os abalos econômicos sofridos interferem na política enquanto integrante do sistema ordenador da sociedade. A vida humana se encontra ameaçada em

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

vários sentidos, e se constata o forte ataque aos países que não se encaixam nos parâmetros ditados pelo capital.

Mas esses aspectos são também motivadores de conflitos, criando insegurança entre os governantes que veem na reação dos trabalhadores o risco de surgir um “espírito de insurreição” devido ao potencial explosivo que as más condições de vida contêm para o acirramento das contradições capital/trabalho. A existência de trabalhadores redundantes, resultante do desemprego, contribui para gerar problemas sociais e econômicos graves não só nos países mais pobres, mas também nos mais poderosos, dificultando o papel de coesão social desempenhado pelo Estado.

Sem dúvida, estamos diante de um período contrarrevolucionário, mas ainda assim persiste a resistência em movimentos específicos, assim como manifestações, muitas vezes de forma velada, aos antagonismos próprios do sistema do capital. A questão decisiva é que a superação do sistema do capital só pode ser realizada por dentro e a partir da base econômico-social que o sustenta; não basta tomar o seu Estado para minar essa base. Uma consciência crítica deve perceber a necessidade de tomar nas mãos o destino do homem, e as condições atuais na certa não diminuem em nada a importância fundamental da ação política dos homens na condução dos destinos da humanidade. A solidariedade internacional entre trabalhadores e o apoio aos movimentos internos de luta contra o capital e seu caráter destrutivo continuam a ser um ponto fundamental para a criação de uma humanidade verdadeiramente humana.

## REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

LUKÁCS, G. *Per l' ontologia dell' essere sociale*. A cura di Alberto Scarponi, Roma, Riuniti, 1981.

# Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Marx, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”**. n. 5. Belo Horizonte: Práxis, 1995.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural da política**. Disponível em <http://resistir.info/>. 2006. e discurso de abertura do 13.º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, em Maceió, em 4 de maio de 2006.

SANTOS, E. P; COSTA, G. M. **Questão social e desigualdade**: novas formas, velhas raízes. Revista *Ágora*, n. 4, (on line), jul 2006.